



Demonstrações Contábeis

Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da

Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3.17 às demonstrações contábeis, em decorrências das mudanças relacionadas na referida nota, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião Não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.858	16.329	16.449
Contas a receber de clientes	5	2.290	2.047	1.889
Tributos a recuperar	6	479	559	449
Adiantamentos diversos		2	-	-
Despesas antecipadas		225	199	134
Depósitos judiciais e cauções		7	8	13
Total do Ativo Circulante		22.861	19.142	18.934
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	7	13.995	12.527	12.026
Conta de ressarcimento - CCEE	13	-	2.657	2.609
Contrato de mútuo - parte relacionada	8	7.785	-	-
Depósitos judiciais e cauções		126	125	106
Direito de uso	9	2.502	2.353	2.339
Imobilizado	10	59.422	64.559	69.703
Intangíveis		13	-	-
Total do Ativo Não Circulante		83.843	82.221	86.783
Total do Ativo		106.704	101.363	105.717
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	11	1.145	875	524
Impostos corrente a pagar		141	91	62
Obrigações trabalhistas e sociais		22	18	81
Empréstimos	12	4.531	4.232	3.974
Dividendos a pagar	8	1.660	-	704
Obrigações por arrendamentos	9	266	176	326
Conta de ressarcimento - CCEE	13	-	8.487	7.690
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		1.982	232	437
Outros passivos circulantes		1	1	819
Total Passivo Circulante		9.748	14.112	14.617
Não Circulante				
Empréstimos	12	48.895	53.345	57.395
Obrigações por arrendamentos	9	2.477	2.442	2.180
Conta de ressarcimento - CCEE	13	9.633	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	647	311
Provisão para desmobilização	15	1.644	1.449	1.277
Provisão contingente	16	-	136	136
Total Passivo Não Circulante		62.649	58.019	61.299
Patrimônio Líquido				
Capital social	17	20.940	20.940	20.940
Reserva legal	17	1.866	1.516	1.210
Reserva de lucros	17	11.501	6.776	7.651
Total Patrimônio Líquido		34.307	29.232	29.801
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		106.704	101.363	105.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	21.407	22.799
Custos dos bens construídos e serviços prestados	19	(11.261)	(10.310)
Resultado operacional bruto		10.146	12.489
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	20	(342)	(1.075)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		9.804	11.414
Despesas financeiras	21	(4.717)	(4.702)
Receitas financeiras	21	3.883	1.236
Resultado financeiro líquido		(834)	(3.466)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.970	7.948
Contribuição social	14	(589)	(367)
Imposto de renda	14	(1.391)	(758)
Lucro líquido do exercício		6.990	6.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.990	6.823
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.990	6.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021 (Reapresentado)	20.940	7.651	1.210	-	29.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.823	6.823
Constituição de reservas	-	5.066	306	(5.372)	-
Dividendos adicionais propostos	-	(5.941)	-	(1.451)	(7.392)
Saldo em 31 dezembro 2021 (Reapresentado)	20.940	6.776	1.516	-	29.232
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.990	6.990
Constituição de reservas	-	4.980	350	(5.330)	-
Dividendos pagos	-	(255)	-	-	(255)
Dividendos mínimos	-	-	-	(1.660)	(1.660)
Saldo em 31 dezembro 2022	20.940	11.501	1.866	-	34.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e Contribuição social	8.970	7.948
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	5.465	5.384
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	(653)	-
Juros sobre empréstimos tomados	3.907	4.110
Encargos sobre empréstimos	94	94
Juros – outros	126	299
Provisão (reversão) de contingências	(136)	-
Provisão para desmobilização	196	172
Rendimento sobre aplicação financeira	3.191	(1.236)
Baixa de depreciação e juros sobre imobilizado e arrendamento	(74)	-
	21.086	16.771
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.560	(157)
Adiantamentos	(2)	-
Despesas antecipadas	(26)	(74)
Tributos a recuperar	(136)	(110)
Contas a receber	-	(48)
Outros ativos	1	(6)
Fornecedores e outras contas a pagar	299	345
Impostos correntes a pagar	49	329
Obrigações Trabalhistas e Sociais	3	-
Obrigações por arrendamentos	(410)	(346)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(660)	(1.372)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.764	15.332
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(23)	(16)
Compras de ativos intangíveis	(14)	-
Títulos e valores mobiliários	(4.659)	735
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de investimento	(4.696)	719
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(4.240)	(3.880)
Juros pagos de empréstimos	(3.913)	(4.195)
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas	(7.131)	-
Dividendos pagos	(255)	(8.096)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(15.539)	(16.171)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.529	(120)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.329	16.449
No final do exercício	19.858	16.329
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.529	(120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 4	RN	Guamaré	26	9,776	Julho de 2020	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 13 MW para a média de geração do quadriênio 10.209 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,776 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações tem capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Novos Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos

básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.7. Conta de ressarcimento - CCEE

A conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o segundo quadriênio encerrou em 30 de junho de 2020.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2022 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas:

“I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do CPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2022, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.17 Reapresentação de informações contábeis

Os valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação dos seguintes itens:

- (a) Correção da vida útil econômica dos componentes do ativo imobilizado que anteriormente estavam sendo depreciados pelo prazo da concessão e passaram a refletir a vida útil de cada componente individualizado, conforme determinado pelo Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. Adicionalmente, a Companhia procedeu a baixa de itens não existentes. Ambos os ajustes foram efetuados com base em levantamentos contagens físicas suportadas por consultores externos;
- (b) Ajuste no cálculo do custo de desmobilização existente relacionado ao contrato de arrendamento do terreno da companhia, que estava sendo registrado a valor histórico sem levar em considerações as determinações do CPC 12 – Ajuste a valor presente e CPC – 25 – Provisão, Passivos Contingente e Ativos Contingentes;
- (c) Correções na classificação entre as atividades operacionais, de investimento e financiamento na demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, alinhada com a aplicação do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Segue abaixo o resumo dos impactos está detalhado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Balanço patrimonial

	Notas	01/01/2021 (Divulgado)	Ajustes	01/01/2021 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.449	-	16.449
Contas a receber de clientes	5	1.889	-	1.889
Tributos a recuperar	6	449	-	449
Adiantamentos diversos		-	-	0
Despesas antecipadas		134	-	134
Depósitos judiciais e cauções		13	-	13
Total do Ativo Circulante		18.934	-	18.934
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	7	12.026	-	12.026
Conta de ressarcimento - CCEE	13	2.609	-	2.609
Contrato de mútuo - parte relacionada	8	-	-	0
Depósitos judiciais e cauções		106	-	106
Direito de uso	9	2.339	-	2.339
Imobilizado	(a/b) 10	66.749	2.954	69.703
Intangíveis		-	-	0
Total do Ativo Não Circulante		83.829	2.954	86.783
Total do Ativo		102.763	2.954	105.717
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	11	524	-	524
Impostos corrente a pagar		62	-	62
Obrigações trabalhistas e sociais		81	-	81
Empréstimos	12	3.974	-	3.974
Dividendos a pagar	8	704	-	704
Obrigações por arrendamentos	9	326	-	326
Conta de ressarcimento - CCEE	13	7.690	-	7.690
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		437	-	437
Outros passivos circulantes		819	-	819
Total Passivo Circulante		14.617	-	14.617
Não Circulante				
Empréstimos	12	57.395	-	57.395
Obrigações por arrendamentos	9	2.180	-	2.180
Conta de ressarcimento - CCEE	13	-	-	0
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		311	-	311
Provisão para desmobilização	(b) 15	3.861	(2.584)	1.277
Provisão contingente	16	136	-	136
Total Passivo Não Circulante		63.883	(2.584)	61.299
Patrimônio Líquido				
Capital social	17	20.940	-	20.940
Reserva legal	17	1.210	-	1.210
Reserva de lucros	(a/b) 17	2113	5.538	7.651
Total Patrimônio Líquido		24.263	5.538	29.801
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		102.763	2.954	105.717

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2021 (Divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.329	-	16.329
Contas a receber de clientes	5	2.047	-	2.047
Tributos a recuperar	6	559	-	559
Despesas antecipadas		199	-	199
Depósitos judiciais e cauções		8	-	8
Total do Ativo Circulante		19.142	-	19.142
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	7	12.527	-	12.527
Conta de ressarcimento – CCEE	13	2.657	-	2.657
Depósitos judiciais e cauções		125	-	125
Direito de uso	9	2.353	-	2.353
Imobilizado	(a/b) 10	61.108	3.451	64.559
Intangíveis		-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		78.770	3.451	82.221
Total do Ativo		97.912	3.451	101.363
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	11	875	-	875
Impostos corrente a pagar		91	-	91
Obrigações trabalhistas e sociais		18	-	18
Empréstimos	12	4.232	-	4.232
Obrigações por arrendamentos	9	176	-	176
Conta de ressarcimento - CCEE	13	8.487	-	8.487
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		232	-	232
Outros passivos circulantes		1	-	1
Total Passivo Circulante		14.112	-	14.112
Não Circulante				
Empréstimos	12	53.345	-	53.345
Obrigações por arrendamentos	9	2.442	-	2.442
Conta de ressarcimento - CCEE	13	-	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		647	-	647
Provisão para desmobilização	(b) 15	4.249	(2.800)	1.449
Provisão contingente	16	136	-	136
Total Passivo Não Circulante		60.819	(2.800)	58.019
Patrimônio Líquido				
Capital social	17	20.940	-	20.940
Reserva legal	17	1.516	-	1.516
Reserva de lucros	(a/b) 17	525	6.251	6.776
Total Patrimônio Líquido		22.981	6.251	29.232
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		97.912	3.451	101.363

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demonstração do resultado do exercício

	Notas	31/12/2021 (Divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	22.799	-	22.799
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(a/b) 19	(10.807)	497	(10.310)
Resultado operacional bruto		11.992	497	12.489
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e receitas operacionais	20	(1.075)	-	(1.075)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(b)	10.917	497	11.414
Despesas financeiras	21	(4.918)	216	(4.702)
Receitas financeiras	21	1.236	-	1.236
Resultado financeiro líquido		(3.682)	216	(3.466)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.235	713	7.948
Contribuição social	14	(367)	-	(367)
Imposto de renda	14	(758)	-	(758)
Lucro líquido do exercício		6.110	6.676	6.823

c) Demonstração do resultado abrangente

		31/12/2021 (Divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	(a/b)	6.110	713	6.823
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		6.110	713	6.823

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Demonstração do patrimônio líquido

	Divulgado				Total
	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	
Saldo em 31 dezembro 2019	20.940	1.778	1.062	-	23.780
Dividendos adicionais propostos	-	(1.778)	-	-	(1.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.965	2.965
Constituição de reservas	-	2.113	148	(2.261)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(704)	(704)
Saldo em 01 janeiro 2021	20.940	2.113	1.210	-	24.263
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.110	6.110
Constituição de reservas	-	4.353	306	(306)	4.353
Dividendos propostos	-	(5.941)	-	(5.804)	(11.745)
Saldo em 31 dezembro 2021	20.940	525	1.516	-	22.981

	Reapresentado (a/b)				Total
	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	
Saldo em 31 dezembro 2019	20.940	1.778	1.062	-	23.780
Dividendos adicionais propostos	-	(1.778)	-	-	(1.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.503	8.503
Constituição de reservas	-	7.651	148	(7.799)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(704)	(704)
Saldo em 01 janeiro 2021	20.940	7.651	1.210	-	29.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.823	6.823
Constituição de reservas	-	5.066	306	(5.372)	-
Dividendos propostos	-	(5.941)	-	(1.451)	(7.392)
Saldo em 31 dezembro 2021	20.940	6.776	1.516	-	29.232

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Demonstração do fluxo de caixa

		31/12/2021 (Divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e Contribuição social	(a/b)	7.235	713	7.948
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação / Amortização	(a/b)	5.881	(497)	5.384
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas		-	-	-
Juros sobre empréstimos tomados	(c)	4.503	(393)	4.110
Encargos sobre empréstimos	(c)	-	94	94
Juros – outros	(c)	-	299	299
Provisão para desmobilização	(b)	388	(216)	172
Rendimento sobre aplicação financeira	(c)	(501)	(735)	(1.236)
		17.506	(735)	16.771
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes		(157)	-	(157)
Despesas antecipadas		(74)	-	(74)
Tributos a recuperar		(110)	-	(110)
Contas a receber		(48)	-	(48)
Outros ativos		(6)	-	(6)
Fornecedores e outras contas a pagar		345	-	345
Impostos correntes a pagar		329	-	329
Obrigações por arrendamentos	(c)	-	(346)	(346)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.372)	-	(1.372)
Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos	(c)	(4.195)	4.195	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.218	3.114	15.332
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado		(16)	-	(16)
Títulos e valores mobiliários	(c)	-	735	735
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de investimento		(16)	735	719
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos		(3.880)	-	(3.880)
Juros pagos de empréstimos	(c)	-	(4.195)	(4.195)
Dividendos pagos		(8.096)	-	(8.096)
Pagamentos de Arrendamentos	(c)	(346)	346	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(12.322)	(3.849)	(16.171)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(120)		(120)
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		16.449	-	16.449
No final do exercício		16.329	-	16.329
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(120)	-	(120)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco (i)	12	12
Aplicação financeira (ii)	19.846	16.317
Total	19.858	16.329

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) Os certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2022 é de aproximadamente 96,81% do CDI e no ano de 2021 foi de aproximadamente 90% do CDI.

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CCEE (a)	2.290	2.047
Total	2.290	2.047

(a) O valor de R\$2.290 em 2022 e R\$2.047 em 2021, refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Tributos a recuperar

Os saldos de tributos a recuperar de caixa é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	14	14
Créditos de imposto pago a maior	421	501
Outros	44	44
Total	479	559

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação financeira – conta BNB (i)	13.995	12.527
Total	13.995	12.527

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2022 foi de aproximadamente 92,58% do CDI e no ano de 2021 foi de aproximadamente 50% do CDI.

8. Partes relacionadas

Mútuo a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mangue Seco 3 – Geradoras e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	7.785	-
Total	7.785	-

O pagamento está previsto até março de 2024 e até a sua liquidação, o valor é atualizado pelo CDI mensalmente, a taxa de 2022 foi de 12,38%.

Dividendos a pagar

	<u>31/12/2021</u>	<u>Dividendos propostos</u>	<u>Pagamentos de dividendos</u>	<u>31/12/2022</u>
V2I Energia S.A.	-	1.660	-	1.660
Total	-	1.660	-	1.660

9. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Remensuração dos contratos (c)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2022</u>
Direito de uso (a)	2.353	(262)	691	-	(280)	2.502
	<u>31/12/2021</u>	<u>Juros</u>	<u>Remensuração dos contratos (c)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações por arrendamentos (b)	(2.618)	(169)	(691)	381	354	(2.743)
Total circulante (b)	176					266
Total não circulante (b)	2.442					2.477

- (a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).
- (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) A remensuração dos contratos referem-se a atualização dos valores dos contratos de aluguel.

Os arrendamentos têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2022</u>
2023	266
2024	285
2025	305
2026 a 2030	<u>1.887</u>
	2.743

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos

	Taxa depreciação (ii)	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		Saldo em 2022	
		Saldo em 2021	Custo Inicial	Aquisição	Custo Final	Depreciação acumulada	Depreciação		Depreciação acumulada
Aerogeradores	4,23%	47.695	90.672	-	90.672	(42.977)	(4.231)	(47.208)	43.464
Equipamentos de informática	8,97%	20	36	-	36	(16)	(1)	(17)	19
Máquinas e equipamentos	3,81%	43	87	23	110	(44)	(5)	(49)	61
Linhas de transmissão	3,81%	6.777	11.118	-	11.118	(4.341)	(425)	(4.766)	6.352
Móveis e utensílios	6,25%	18	40	-	40	(22)	(3)	(25)	15
Edificações, obras e benfeitorias	3,65%	9.525	14.066	-	14.066	(4.541)	(447)	(4.988)	9.078
Desmobilização (iii)		481	770	-	770	(289)	(48)	(337)	433
Total		64.559	116.789	23	116.812	(52.230)	(5.160)	(57.390)	59.422

- (i) A Companhia contratou a empresa Delos Controle Patrimonial, Avaliações e Sistema para realizar um levantamento físico de seus itens do imobilizado, conforme o manual de contabilidade da ANEEL. Com base no relatório foi verificada a necessidade da baixa dos itens de desmobilização e peças e sobressalente e a reversão da depreciação que estava registrada a maior, conforme nota de reapresentação 3.17 Reapresentação de informações contábeis.
- (ii) As taxas de depreciação correspondem a cada tipo de UC, conforme Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE Resolução 674/2015.
- (iii) Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 15).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Wobben windpower industria e comercio (a)	941	423
Petroleo brasileiro S.A (b)	-	255
Diversos	204	197
Total	1.145	875

(a) O contrato firmado com o fornecedor Wobben Windpower estabelece que a partir do quarto ano operacional, o pagamento será reajustado pela variação do IPCA, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo no contrato celebrado entre a CCEE e a contratante. Adicionalmente, no pagamento do último trimestre operacional de cada ano, é calculado o valor da remuneração anual da energia do ano operacional de cada aerogerador para ajustar o valor final entre os valores mínimos e máximos do O&M de cada aerogerador. Fornecedor responsável pela fabricação e manutenção dos aerogeradores.

(b) O contrato firmado com o fornecedor Petrobras S.A. trata-se um contrato da manutenção referente a subestação polo e COE. Fornecedor responsável pela fabricação e manutenção dos aerogeradores.

Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB	54.150	58.390	25/07/2031	Mensal	IPCA+9,50% a.a.
Juros	82	88			
Encargos	(806)	(901)			
Total	53.426	57.577			

A movimentação do empréstimo e financiamento no exercício está assim representada:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Financiamento BNB (i)	57.577	3.908	94	(4.240)	(3.913)	53.426
Total	57.577	3.908	94	(4.240)	(3.913)	53.426
Total circulante	4.232					4.531
Total não circulante	53.345					48.895

- (i) Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 1, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em julho de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros.

O financiamento têm seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2022</u>
2023	4.625
2024	5.036
2025	5.476
2026	5.947
A partir de 2027	33.148
	<u>54.232</u>

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira dos títulos e valores mobiliários, conforme a nota 7.

12. Conta de ressarcimento - CCEE

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta Ressarcimento CCEE - 4º Quadrênio (a)	-	2.657
Total Ativo Não Circulante	<u>-</u>	<u>2.657</u>
Conta Ressarcimento CCEE - 3º Quadrênio (b)	7.690	7.690
Multa - 3º Quadrênio (b)	797	797
Conta Ressarcimento CCEE - 4º Quadrênio (b)	1.146	-
Total	<u>9.633</u>	<u>8.487</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total circulante	-	8.487
Total não circulante	9.633	-

(a) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Em 2022 foi realizado a transferência do saldo para o passivo não circulante devido ao novo cronograma apresentado pela CCEE, que tem prazo de início das análises desses créditos apenas para o final de 2023. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 2017 a 2020.

(b) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor referente ao contrato com a CCEE no ano, referente ao quadriênio atual de 2021 a 2024.

13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro presumido		
Receita geração eólica	22.217	23.663
Receita operacional	22.217	23.663
Base presunção IRPJ 8%	1.777	1.893
Base presunção CSLL 12%	2.666	2.840
Receitas financeiras	3.883	1.237
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	5.660	3.130
Despesa de IRPJ	(1.391)	(758)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	6.549	4.077
Despesa de CSLL	(589)	(367)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(1.980)	(1.125)

14. Provisão para desmobilização

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideram os valores dos resíduos metálicos comercializáveis e os custos de desmobilização. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações. A provisão para desmantelamento das controladas está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Provisão para desmobilização (i)	1.644	1.449
Total	1.644	1.449

- (i) A movimentação no período se deu apenas pela reavaliação do valor presente do montante registrado de R\$ 195

15. Provisão contingente

	31/12/2022	31/12/2021
Notificação por descumprimento de cláusula contratual (a)	-	136
Total	-	136

- (a) Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE e no ano 2022 ela foi liquidada.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Usina Mangue Seco 4 possui 3 processos de ações condenatórias e/ou indenizatórias. A Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$ 245, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 4, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 1 e Usina Eólica de Mangue Seco 3 e que compartilham áreas e ativos comuns.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.940 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$20.940, e está representado por ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
V2I Energia S.A.	39.917.500	20.940	100%	39.917.500	20.940	100%
	39.917.500	20.940	100%	39.917.500	20.940	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	6.990	6.823
Reserva legal 5% (i)	350	306
Reserva legal anos anteriores	1.516	1.210
Reserva legal do exercício	350	306
Total	<u>1.866</u>	<u>1.516</u>

- (i) Os valores de lucro líquido de 2021 foi reapresentado conforme nota 3.17, portando as reservas constituídas em anos anteriores não podem ser modificadas, sendo assim, mantendo o cálculo realizado para 2021, todo o reflexo dos impactos das reapresentações foram considerados na linha de reserva de lucros.

c) Dividendos

Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	6.990	6.823
(-) Reserva legal 5%	(350)	(306)
Base de cálculo	6.641	5.804
Alíquota	25%	25%
Dividendos propostos (i)	<u>1.660</u>	<u>1.451</u>

- (ii) Os valores de lucro líquido de 2021 foi reapresentado conforme nota 3.17, portando as reservas constituídas em anos anteriores não podem ser modificadas, sendo assim, mantendo o cálculo realizado para 2021, todo o reflexo dos impactos das reapresentações foram considerados na linha de reserva de lucros.

d) Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	6.990	6.823
Reserva legal 5%	(350)	(306)
Dividendos	(1.660)	(1.451)
Reserva de lucro	4.980	5.066
Movimentação da reserva de lucro		
Reserva de lucro anos anteriores	6.776	7.651
Constituição da reserva de lucro	4.980	5.066
Dividendos intercalares	(255)	(5.941)
Total	11.501	6.776

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	6.990	6.823
Lucro por ação	0,1751	0,1709

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta com venda de energia elétrica	22.218	23.663
PIS sobre faturamento	(144)	(154)
COFINS sobre faturamento	(667)	(710)
Total	21.407	22.799

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Custo com serviços tomados	(4.672)	(3.500)
Custo com depreciação e amortização (i)	(5.422)	(5.260)
Demais custos	(1.415)	(1.550)
Reversão de custos (ii)	248	-
Total	(11.261)	(10.310)

(i) O valor de depreciação de arrendamento é R\$262 e o valor de depreciação de imobilizado é R\$4.998.

(ii) O valor de reversão de 2022 contempla R\$74 de arrendamento e R\$173 de outras reversões, (R\$ 0 em 2021)

19. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesa com pessoal	(174)	(372)
Serviços de terceiros tomados	(296)	(245)
Depreciação e amortização	(1)	(5)
Outras despesas operacionais	129	(453)
Total	(342)	(1.075)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Juros e variações monetárias (i)	(4.228)	(4.675)
IOF, comissões e taxa	(52)	(7)
Multa e acréscimos moratórios	(238)	-
Outras despesas financeiras	(198)	(20)
Despesas financeiras	(4.717)	(4.702)
Receita com aplicação financeira	3.191	1.236
Outras receitas financeiras	692	-
Receita financeira	3.883	1.236
Resultado financeiro, líquido	(834)	(3.466)

- (i) O valor de juros sobre empréstimos em 31/12/2022 é R\$3.907 e em 31/12/2021 é R\$4.110. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2022 é R\$94 e em 31/12/2021 é R\$94. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2022 é R\$126 e em 31/12/2021 é R\$299. O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2022 é R\$196 e em 31/12/2021 é R\$172.

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	19.858	16.329
Títulos e valores mobiliários	2	13.995	12.527
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	2.290	4.704
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	53.426	57.577
Fornecedores	2	1.145	874

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

22.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	116.000	960 0000002856	21/11/2022 a 21/11/2023
Responsabilidade Civil	5.000	16.51.0040129.12	21/11/2022 a 21/11/2023

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. Ambos estão vigentes até novembro de 2023.

24. Evento subsequente

A Companhia não possui evento subsequente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas informações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9